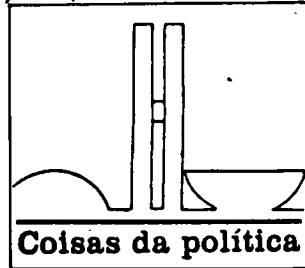


Luiz Orlando Carneiro

DESDE 1959 o Distrito Federal não elege senadores, nem tem bancada na Câmara Federal. O Rio-DF virou Guanabara em 1960, houve a fusão com o Estado do Rio em 1974, e Brasília tornou-se DF em 1960, sem direito a representação política.



Coisas da política

Naqueles primeiros anos de implantação da capital no cerrado do Planalto Central, havia em Brasília uma legião de candangos (construção civil); funcionários públicos atraídos pela "dobradinha" e outras mordomias; um Congresso longínquo, que esteve fechado, durante um mês, em 1966; e, na cola do canteiro de obras que foi Brasília durante mais de 10 anos, empreiteiros, aventureiros e "pioneiros" que, arriscando tudo ou nada do que tinham, tornaram-se, alguns deles, empresários hoje muito bem sucedidos.

Os velhos candangos, os funcionários públicos modestos, pequenos comerciantes, aventureiros e empreendedores frustrados foram formando as populações das cidades-satélites, cada vez mais inchadas pela migração interna e por uma alta taxa de natalidade. Para se ter uma idéia, dos 600 mil e tantos eleitores que vão escolher no DF três senadores e oito deputados,

quase 200 mil terão sido cadastrados na Ceilândia — a mais pobre das cidades satélites.

O "Plano Piloto", que abriga a classe média de C e A — onde vivem funcionários mais graduados, deputados, senadores, comerciantes, técnicos e profissionais liberais que se fixaram em Brasília — é considerado pelos candidatos ao Congresso a zona "mais alienada" do atual DF, em termos de política local.

Finalmente, há os bairros nobres, os Lagos Sul e Norte, separados na barragem do Paranoá por uma grande "invasão" (favela), onde sobrevivem 30 mil pessoas.

Uns 30 partidos e uma penca de candidatos (para a Câmara, 20 por partido, 28 com coligação) já estão em campanha, de fora para dentro, isto é, das cidades satélites para as zonas "mais alienadas". Em Brasília, a campanha é na base do corpo-a-corpo, e ficou muito "inflacionada" — segundo um candidato à Câmara — desde que o deputado Múcio Athayde (PMDB-RO) comprou o jornal *Última Hora-Brasília*, trocou seu nome para *Correio do Brasil*, e passou a distribuir leite e outros bens de consumo às populações carentes e ingênuas das cidades satélites, depois de muito fustigar o atual governador.

Múcio Athayde — cujos detratores dizem ter "comprado" seu atual mandato — fixou uma imagem populista como o "homem do chapéu", e teve de ser engolido pelo PMDB como candidato inevitável ao Senado. Os outros concorrentes são: Pompeu de Souza, contundente combatente do velho regime, ex-secretário de Educação do atual governo; Lindberg

Aziz Cury (seu aliado), empresário conceituado, há nove anos presidente da Associação Comercial; Carlos Murilo, deputado federal de 1958 a 1969, que tem o apoio de dona Sarah Kubitschek e, evidentemente, dos juscelinistas; Maerle Ferreira Lima, da ala "progressista"; o radialista Meira Filho, dono, há anos, do programa diário mais popular (e populista) da capital, na Rádio Planalto.

Dos candidatos do PMDB ao Senado são considerados imbatíveis, exatamente, os populistas Múcio Athayde e Meira Filho.

Os do PMDB asseguram que farão os três senadores (em Brasília, cada eleitor gera três votos, podendo dá-los a um só nome, a dois ou a três, sem falar no instituto da sublegenda). O PFL reconhece que o PMDB fará pelo menos dois senadores, mas tem esperança nos empresários "pioneiros" Osório Adriano e Antônio Venâncio, sem esquecer o ex-administrador de Taguatinga, Benedito Domingos, apoiado por uma legião de evangelistas.

Mas tanto o PMDB como o PFL admitem que não está fora do páreo o presidente da OAB-DF, o advogado Maurício Correia, candidato maior do PDT.

Quanto à representação na Câmara, o PFL é otimista. Acredita poder eleger até quatro deputados (o coeficiente previsto é de 80 mil votos). Os ex-secretários de Saúde e de Educação, Jofran Frejat e Eurides Brito, são muito conhecidos, tanto nas "áreas mais esclarecidas", quanto nas cidades satélites, pelo trabalho que desenvolveram nos dois governos anteriores ao atual. Seus *curricula vitae* são respeitados

mesmo pelos seus opositores. O PFL conta, também, com Maria de Lourdes Abadia (ex-administradora da Ceilândia durante 12 anos) e Valmir Campelo (ex-administrador de Brazlândia, Taguatinga e do Gama).

Os dirigentes locais do PFL acham fracos os candidatos à Câmara pelo PMDB, mas o apelo da sigla ainda é grande, e os nomes mais falados são os de Geraldo Campos e Joselito Correia. O PMDB espera eleger quatro ou cinco deputados; o PFL aposta em quatro. Mas o PDT deverá fazer — dos oito — pelo menos um, provavelmente o jornalista-sindicalista Hélio Doyle. Não se espera do PT uma performance significativa.

Estas são, a *vol d'oiseau*, as perspectivas ainda verdes das eleições no DF.

Populismo, dinheiro, pioneirismo e realizações administrativas de um passado bem recente dão o tom de uma eleição que — com raras exceções, das quais algumas acima citadas — está mais para nível de Assembléia Legislativa do que para nível de Congresso/Constituinte. Pelo menos para os que se lembram das bancadas do antigo DF, entre 1946 e 1959, nas quais pontificavam, de um lado e de outro, nomes de projeção nacional, de prestígio, polêmicos, como Carlos Lacerda, Sérgio Magalhães, Hamilton Nogueira, Adauto Lúcio Cardoso, Menezes Cortes, Elói Dutra, Afonso Arinos, Heitor Beltrão, Mário Martins, Chagas Freitas, Maurício Joppert, Odilon Braga, Mendes de Moraes, para citar alguns que a memória do quarentão ainda guarda.

Luiz Orlando Carneiro é diretor do JORNAL DO BRASIL em Brasília.